



MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO HIDROVIÁRIA

NOTA TÉCNICA Nº 7/2026/DGH-SNHN-MPOR/SNHN-MPOR

Brasília, 31 de março de 2026.

PROCESSO Nº 50020.006822/2025-09

INTERESSADO: SECRETARIA NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se da elaboração de projetos básico e executivo e execução de obras e serviços de construção para implantação de Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4s), a fim de garantir a segurança no embarque e desembarque de passageiros e nos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE, lindeiros ao Rio São Francisco. Os serviços serão executados com recursos da Conta dos Programas de Revitalização dos Recursos Hídricos provenientes da privatização da Eletrobras.

2. DOS FATOS

2.1. 2.1. A [Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021](#) dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e traz, como uma das condições para isto, o desenvolvimento de projetos que comporão os programas de revitalização dos recursos hídricos:

Art. 3º A desestatização da Eletrobras fica condicionada à aprovação, por sua assembleia geral de acionistas, das seguintes condições:

V - desenvolvimento de projetos que comporão os programas de:

[c\) revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, definidas conforme o inciso V do caput do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na área de influência dos reservatórios](#) das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão são afetados por esta Lei, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Furnas;

2.2. 2.2. A referida lei determina algumas condições para aplicação de valores e definição de projetos:

Art. 6º Constituirá obrigação das concessionárias de geração de energia elétrica localizadas na bacia do Rio São Francisco, cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Lei, para o cumprimento da medida de que trata a alínea a do inciso V do caput do art. 3º desta Lei, o aporte de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) anuais, pelo prazo de 10 (dez) anos, atualizados pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, ou por outro índice que vier a substituí-lo, a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão. [\(Regulamento\)](#)

§ 1º A forma de aplicação do valor a que se refere o caput deste artigo e os projetos que irão compor o programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba que receberão o aporte de recursos para o cumprimento da medida de que trata a alínea a do inciso V do caput do art. 3º desta Lei serão estabelecidos por comitê gestor, presidido por representante indicado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, a ser instituído em regulamento do Poder Executivo federal, com foco em ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, sem prejudicar o uso prioritário e o uso múltiplo dos recursos hídricos.

§ 2º A Eletrobras fica obrigada a aportar anualmente a totalidade do valor a que se refere o caput deste artigo em conta específica em instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º A conta de que trata o § 2º deste artigo não integrará o patrimônio da Eletrobras para nenhum fim.

§ 4º As obrigações do aporte do valor a que se refere o caput deste artigo e da efetiva implementação dos projetos estabelecidos pelo comitê gestor constarão dos contratos de concessão de geração de energia elétrica relativos aos empreendimentos localizados nas bacias do Rio São

Francisco e do Rio Parnaíba e estarão sujeitas à regulação e à fiscalização pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), nos termos da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

§ 5º Ao final de 15 (quinze) anos, contados a partir do mês de assinatura dos novos contratos de concessão, os recursos da conta de que trata o § 2º deste artigo não comprometidos com projetos contratados ou aprovados pelo comitê gestor serão revertidos em favor da CDE, de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, sem prejuízo das penalidades administrativas aplicadas pela Aneel.

2.3. A composição dos comitês foi adequada à atual estrutura do Governo Federal por meio do Decreto nº 11.653, do qual se destaca:

“[Art. 1º](#) Fica instituído o Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba, no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade:

I - dois do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, um dos quais o presidirá;

II - um da Casa Civil da Presidência da República;

III - um do Ministério da Agricultura e Pecuária;

IV - um do Ministério das Cidades;

V - um do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

VI - um do Ministério de Minas e Energia; e

VII - um da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - Abema.

2.3. A Lei nº 14.182/2021 foi regulamentada pelo Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, que dispõe sobre os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas, do qual se destaca:

Art. 9º Compete aos Comitês Gestores:

I - elaborar, anualmente, plano de trabalho com o planejamento das ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, e revisá-lo, quando necessário

2.5. A [Resolução nº 2, de 28 de dezembro de 2023](#), dispõe sobre procedimentos para elaboração e execução do Plano de Trabalho de que trata o art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021. Da referida resolução, se destaca:

Art. 8º O Comitê Gestor aprovará anualmente Plano de Trabalho, composto pela relação de propostas e de projetos estabelecidos conforme os seguintes procedimentos:

I - Os membros do Comitê Gestor poderão apresentar propostas e projetos à Secretaria Executiva, conforme modelos dos Anexos I e II;

2.6. Das recomendações do [Acórdão 940/2016-TCU-Plenário](#), se destacam:

9.3.2. compatibilizem as propostas orçamentárias futuras, elevando os investimentos em hidrovias, em conformidade com os objetivos do Sistema Nacional de Viação, com os princípios e diretrizes para os transportes aquaviário e terrestre previstos na Lei 10.233/2001 e com a necessidade de mais investimentos no setor apontada nos instrumentos oficiais de planejamento do governo; e

9.3.3. promovam, no desenvolvimento de estudos futuros voltados ao setor hidroviário, a ampliação e efetiva utilização dos canais de participação, bem como fomentem a participação dos usuários e demais agentes interessados em todo o ciclo da política pública, inclusive na elaboração, execução e monitoramento do PPA e da LOA;

2.4. As referidas recomendações foram efetuadas ao Ministério dos Transportes. Entretanto, o transporte aquaviário está a cargo do Ministério de Portos e Aeroportos, nos termos do [Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023](#), do qual se destaca:

Art. 1º O Ministério de Portos e Aeroportos, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de transportes aquaviário e aeroviário;

II - marinha mercante e vias navegáveis;

III - formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres;

IV - formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais do setor de portos e instalações

portuárias marítimos, fluviais e lacustres;

V - participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes aquaviário e aeroviário, em articulação com o Ministério dos Transportes;

VIII - desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e das instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres em seu âmbito de competência, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros;

2.5. Em atenção às competências do Decreto nº 11.354/23, e na esteira do Acórdão nº 940/2016, o MPOR, prospectou a contratação de uma solução ao longo de municípios estratégicos para manutenção da navegabilidade com dignidade e segurança no Rio São Francisco.

3. DA ANÁLISE

3.1. O transporte aquaviário consta entre os objetivos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos, da qual se destaca:

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos:

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

3.2. Considerar os benefícios do THI como serviços ecossistêmicos ajuda a aumentar a conscientização e a corrigir desequilíbrios entre interesses conflitantes (Bujnovský, 2018). Uma estratégia para geração de valor é conectar-se com os moradores e turistas locais, para criar um sentimento de pertencimento e promover o apoio da comunidade ao THI (Willems *et al.*, 2018).

3.3. Como os rios cumprem múltiplas funções, como navegação, abastecimento de água e pesca, articular diferentes visões de sustentabilidade ajuda a rastrear conflitos e tensões (Manders *et al.*, 2016). Conscientizar a comunidade sobre atividades recreativas pró-ambientais e a contribuição delas para o bem-estar emocional são estratégias para incrementar o gerenciamento de riscos (Mehran *et al.*, 2020). A execução dos levantamentos hidrográficos no monitoramento dos processos hidrológicos, do acúmulo de sedimentos e de mudanças no ambiente físico.

3.4. Hidrovias sustentáveis requerem arranjos de governança que garantam os usos múltiplos da água e a coexistência saudável com assentamentos urbanos, ao mesmo tempo em que promovam a distribuição equitativa do desenvolvimento econômico (Barros *et al.*, 2022).

3.5. Hidrovias sustentáveis requerem arranjos de governança que garantam os usos múltiplos da água e a coexistência saudável com assentamentos urbanos, ao mesmo tempo em que promovam a distribuição equitativa do desenvolvimento econômico (Barros *et al.*, 2022). As instituições participativas podem abordar os desequilíbrios de poder para evitar danos ambientais (Schulz *et al.*, 2017). Espaços dedicados a discussões entre atores com perspectivas divergentes podem proporcionar entendimento mútuo, melhorando a robustez nas decisões de projetos (Henze *et al.* 2018). Considerar os benefícios do THI como serviços ecossistêmicos ajuda a aumentar a conscientização e a corrigir desequilíbrios entre interesses conflitantes (Bujnovský, 2018). Uma estratégia para geração de valor é conectar-se com os moradores e turistas locais, para criar um sentimento de pertencimento e promover o apoio da comunidade ao THI (Willems *et al.*, 2018).

3.6. O formulário previsto no Anexo II da Resolução nº 2/2023 se apresenta na Proposta de implantação de IP4s nos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE (11081609), que traz os detalhes do projeto proposto, cuja síntese ora se apresenta (Tabela 1).

Tabela 1. Síntese do projeto proposto.

Município	Conta CPR	Nome do Projeto	Valor da contratação	Prazo	Política Nacional	Enquadramento
-----------	-----------	-----------------	----------------------	-------	-------------------	---------------

Juazeiro/BA	CPR São Francisco e Parnaíba	Elaboração dos Projetos Executivos e “As Built” de Engenharia e a Execução das Obras e Serviços de Construção de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte - IP4 no municípios de Juazeiro/BA	R\$ 30.000.000,00	24 meses	PNRH	Navegabilidade no Rio São Francisco
Petrolina/PE	CPR São Francisco e Parnaíba	Elaboração dos Projetos Executivos e “As Built” de Engenharia e a Execução das Obras e Serviços de Construção de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte - IP4 no municípios de Petrolina/PE	R\$ 21.000.000,00	24 meses	PNRH	Navegabilidade no Rio São Francisco

3.7. Observa-se que o projeto proposto tem aderência às diretrizes definidas no art. 9º do Decreto nº 10.838/2021, em especial aos incisos I, II e III que tratam da competência dos Comitês. A ação terá impacto direto na qualidade de vida das populações lindeiras ao Rio São Francisco, nos municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE e na sustentabilidade socioambiental da navegação no local.

3.8. Salienta-se que a concessionária deverá ser informada de que a contratação do empreendimento deve atender as exigências dos artigos 6º e 8º da Lei nº 14.182/2021.

4. CONCLUSÃO

4.1. Esta área técnica se manifesta favorável à apresentação do projeto de Elaboração dos Projetos Executivos e “As Built” de Engenharia e a Execução das Obras e Serviços de Construção de Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte - IP4 no municípios de Juazeiro/BA e Petrolina/PE junto ao Comitê Gestor da CPR São Francisco e Parnaíba, para deliberação quanto à inclusão destas no Plano de Trabalho que irá conter o planejamento das ações que vão gerar manutenção da navegabilidade, recarga das vazões afluentes e ampliação da flexibilidade operativa dos reservatórios, conforme previsto no Art. 9º do Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021.

À consideração superior.

CÍNTIA GIANE DE LYRA BATALHA

Analista de Infraestrutura

BRUNA RENATA CAVALCANTE DE BARROS

Coordenadora-Geral de Planejamento Sustentável

ELIEZÉ BULHÕES DE CARVALHO

Diretor do Departamento de Gestão Hidroviária

REFERÊNCIAS

Barros, B.R.C., Bulhões, E.C. & Brasil Junior, A.C.P. Inland waterway transport and the 2030 Agenda: Taxonomy of sustainability issues. *Cleaner Engineering and Technology* 8, 100462.

Decreto nº 11.354, de 1º de janeiro de 2023, aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério de Portos e Aeroportos e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

Decreto nº 11.653, de 23 de agosto de 2023 que altera o Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, que regulamenta os art. 6º e art. 8º da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre os programas de

revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas.

Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021 que regulamenta os art. 6º e art. 8º da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre os programas de revitalização dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba e daquelas na área de influência dos reservatórios das Usinas Hidrelétricas de Furnas.

Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nos 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961.

Portaria SE/MIDR nº 3.749, de 05 de dezembro de 2023.

Portaria SE/MIDR nº 2.082, de 12 de junho de 2024.

Schulz, C., Martin-Ortega, J., Ioris, A.A.R. & Glenk, K. Applying a 'Value Landscapes Approach' to Conflicts in Water Governance: The Case of the Paraguay-Paraná Waterway. *Ecological Economics* 138, 2017, pp. 47–55.

Willems, J.J.; Busscher, T.; Woltjer, J. & Arts, J. Co-creating value through renewing waterway networks: A transaction-cost perspective. *Journal of Transport Geography* 69, 2018, pp. 26–35.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Giane de Lyra Batalha**, **Analista de Infraestrutura**, em 31/03/2026, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Renata Cavalcante de Barros**, **Coordenadora-Geral de Planejamento Sustentável**, em 31/03/2026, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Eliezé Bulhões de Carvalho**, **Diretor do Departamento de Gestão Hidroviária**, em 31/03/2026, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11081474** e o código CRC **A6523AD2**.



Referência: Processo nº 50020.006822/2025-09



SEI nº 11081474

Esplanada dos Ministérios, Ed. Anexo Oeste - Bairro Zona Cívico Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-900
Telefone: